

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCI), REALIZADA NO DIA 14 de setembro de 2022.

Aos 147 dias do mês de setembro de 2022, os membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCI reuniram-se de modo híbrido – presencial e remotamente, através da Plataforma *Microsoft Teams*. Compareceram:

Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Secretário Nacional do Consumidor e Presidente do CNCI, Rodrigo Henrique Roca Pires;

Secretária Executiva do CNCI, Silvana Maria Amaral Silveira

Membros de órgãos governamentais:

PF – Leonardo Rabello

PRF – Marcos Palhano

RFB/ME – Aleksander Blair Moraes e Souza;

SEPEC – Márcia de Fátima Lins e Silva, Miguel Campo Dall’Orto;

MRE – Maximiliano da C. Henrique Arienzo

SENASP – Luiz André Cordeiro Absolão

INPI - Elton Ferreira

SEOP - Saulo de Tarso Sanson Silva

SEPEC/ME - Miguel Campo Dall’Orto Emery de Carvalho

RFB - Alan Towersey

Membros do setor privado:

ABTA - Jonas Couto

BPG - Luiz Cláudio Garé; Wellington Souza de Oliveira

ABIFINA – Cristina Ropke

FNCP - Edson Luiz Vismona; Flávio Meirelles

CECOP / SC - Jair Schmitt

Colaboradores:

André Luiz Roncatto - CNC

Henrique Uchio Tada – ALANAC

Cristiane Foja – ABRABE

Maria Beatriz Dellore - USPTO

Carolina Udulutsch Soares – ABTA

Marcio Gonçalves - ABRAL

Hugo Leitão – OAB-SC

Demais Participantes:

Carlos Alberto Pereira Amarante - Toledo Brasil

Danielle Bittencourt

Kakani, Om – State

41 Leonardo Braga Dutra
 42 Paulo Schmidt
 43 Marcelo Takeyama – Abecs
 44 Marina Oliveira - Foco Consultoria
 45 Bianca Boaventura
 46 Eliane das Graças M. S. de Araujo – GS1
 47 Lilian Faustino de Souza – Cenp
 48 Priscilla Brunna Araujo Andrade
 49 Rayssa Lima Vieira DPJLAW
 50 Felipe Senna ITAHUB
 51 Ricardo Vendramel – Shopee
 52 Rebeca Andrade Alves
 53 Josefa Ferreira da Silva
 54 Igor Donato De Araujo MERCADO LIVRE
 55 Ambra Nobre Sinkoc - ABIÓPTICA
 56 Nathalia Marques - DPJLAW
 57 José Maurício Fittipaldi
 58 Josiara Diniz (IAB Brasil) (Guest)
 59 Thais Balbao Clemente Bueno de Oliveira
 60 Vítor Moreira - P&D Brasil
 61 Natalia Corvelo
 62 Ihatanderson Alves da Silva
 63 Oscar Simões
 64 Paulo Aurelio Pereira da Silva
 65 Kelly Carvalho - FecomercioSP
 66 Marcia de Fatima Lins e Silva
 67 YARA BORSATO DOS SANTOS
 68 Dayany Silva - Dafiti Group
 69 Fernanda da Costa - ABIFINA
 70 Andre Felipe
 71 Andre Serrão Schneider - ANCINE
 72 Paulo Batimarchi - IFPI
 73 Luiz André ACT Promoção da Saúde
 74 Michele Azizi Sales Correia de Oliveira AMERICANAS
 75 Stênio Moraes Gonçalves ME
 76 Ricardo de Nobrega - ABIHPEC ABIHPEC
 77 Marcela Sarruf (Magalu)
 78 Amanda Raposo PATRI
 79 Patricia Fernandes de Carvalho CNI
 80 LUIZ ALEXANDRE LIPORONI MARTIN MAGAZINE LUIZA
 81 Adriana - IDESF
 82 PRF Zaffari
 83 Izabelle Karolline Damasceno Catanheide RFB
 84 FERNANDA APARECIDA ASCENCIO WINCK
 85 Fernando Henrique Marini ABIFINA
 86 Ketty Lins - P&D Brasil
 87 Maria Eduarda Ribeiro Gontijo
 88 Angelica Garcia (Sensitive)
 89 Igor Farias FECOMERCIO
 90 Marcella Kuzolitz APICE

91 RENATA DE OLIVEIRA LARROSA MOURA
92 Wanderson - ALANAC
93 Janaina da Silva Stein CNI
94 Cristiane Soares - Fecomércio RJ
95 Natalia Semeria Ruschel ME
96 HUGO LEITAO _ adv. OABSC
97 Fabíola - IDV (Guest)
98 Antonio Eduardo Mendes Da Silva BSA
99 Marcela Sarruf
100 Breno Cunha
101 Naiara Ferreira (enjoei)
102 Miguel Vieira
103 5766
104 Ana Luísa Santos
105 François Martins
106 Marcus Alves ANATEL
107 João Sanches ASG - ALIBABA
108 Rodolfo Tamanaha MAKENZIE
109 Kelly Caporalli ABINEE
110 Xingha Wang ALIEXPRES
111 Daniel Alkeman ALIBABA
112 Felipe Daud ALIBABA

113 INÍCIO DOS TRABALHOS:

114 **Rodrigo Roca (CNCP/SENAICON):** abriu a reunião e saudou os membros do Conselho
115 e, também, a todos os que acompanham pela plataforma *Teams*. Desculpou-se por não ter
116 podido acompanhar toda a Reunião Ordinária anterior em razão das demais atribuições
117 como Secretário Nacional do Consumidor. Seguiu para dar andamento à pauta,
118 informando que as atas das 3ª e 4ª Reuniões Ordinárias serão aprovadas no dia 03/11/22
119 por ocasião da 5ª Reunião Ordinária. Em seguida, passou a palavra para o Dr. Michel
120 Teodoro, da Receita Federal de MG para fazer a apresentação do Projeto sobre
121 Aproveitamento de Peças de TV Box.

122 **Michel Teodoro (RF/MG):** cumprimentou o Presidente e a todas as autoridades
123 presentes e apresentou o Coordenador de Logística (maior autoridade de logística da
124 Receita Federal), Dr. Onassis e o Dr. Alexandre representando a Coordenação de
125 Repressão da RF. Falou sobre o histórico do projeto, que se iniciou com a transformação
126 de cachaças e perfumes em álcool em gel (devido à escassez e grande demanda durante o
127 início da pandemia de Covid-19), o tabaco em adubo/inseticida, o cigarro em outros itens,
128 principalmente na área de adubo e construção civil, vestuário e tênis contrafeitos, e, em
129 seguida, começou a discorrer sobre o aproveitamento de peças da TV Box. No ano de
130 2019, foi realizada apreensão de 150 mil litros de cachaça, cuja destinação não era
131 sustentável. Foi realizada entrega de álcool em gel para hospitais, asilos e outras entidades
132 em vários estados, os quais sofreram com a pandemia. Quanto às grandes apreensões de
133 cigarros fabricados em fábricas clandestinas, o risco de incêndio nos depósitos da Receita
134 Federal era grande e a ideia de transformar esse produto em adubo contribuiria para a
135 eliminação desse risco e ainda proporcionaria uma grande economia do dinheiro público
136 gasto para a contratação de empresa para trabalhar na destruição dos cigarros. O adubo

137 produzido chegou a 96 toneladas (2000 m³) e foi distribuído para as fazendas das próprias
138 universidades e para pequenos produtores rurais. Essa transformação ainda fomentou o
139 processo de aprendizagem dos alunos das faculdades, que aliavam a teoria à prática. Citou
140 a cidade de Bauru/SP o tratamento dado ao cigarro é separando o filtro, que é misturado
141 aos compostos de cimento para produção de telhas e para utilização na construção civil
142 de um modo geral. Há, ainda, um volume muito grande de apreensão pela Receita Federal
143 de vestuário e calçados contrafeitos, e, que em vez de serem destruídos são transformados
144 e descaracterizados. Foram 45 mil peças de roupas (17 toneladas) distribuídas para
145 pessoas carentes. Tudo isso sem custo para a Receita Federal e, dessa forma, para a
146 sociedade. Outra informação relevante é que esse trabalho de descaracterização das peças
147 de marcas famosas é feito por mulheres que cumprem pena no regime semiaberto, que a
148 cada 3 dias de trabalho, ganham 1 dia de progressão. Ressaltou que há uma manifestação
149 muito favorável a população como um todo sobre esse tipo de trabalho realizado pela
150 força-tarefa da Receita Federal e suas parcerias (Universidades), que está se expandindo
151 para vários estados do país e com mais universidades interessando-se pela parceria. Já
152 com a TV box, foi desenvolvido o projeto “Além do Horizonte”, com parceria da Receita
153 Federal e Agência Nacional de Cinema (ANCINE), na pessoa do Eduardo Carneiro.
154 Foram entregues a mestres e pesquisadores de universidades federais e estaduais para que
155 descobrissem outra função para esses equipamentos, a fim de evitar que retornassem ao
156 mercado com suas características iniciais, cujo primeiro passo seria o de bloquear o
157 software de captura de sinal. O projeto deveria ter relevância social, sustentabilidade,
158 originalidade, possibilidade de trabalho em rede, facilidade de implantação e nível de
159 maturidade do projeto. O processo mais simples seria a conversão dessas TV box em
160 minicomputadores, pois seus processadores captam de sinal de streaming e são potentes.
161 A Receita Federal destrói 100 mil aparelhos. E a transformação gerou uma entrega em
162 dezembro de 2021 de 745 minicomputadores a 8 estados, que foram transformados de a
163 partir de receptores de TV a custo zero para a Receita Federal e valor agregado ao trabalho
164 feito pelas universidades. A Universidade de Lavras/MG já compartilha esse
165 conhecimento com outras 14 universidades federais e estaduais. O reconhecimento do
166 trabalho gerou o reconhecimento do Departamento de Justiça do Governo americano,
167 que, ao saber do projeto, procurou a Receita Federal para saber como financiá-lo. Em
168 fevereiro de 2022, foi publicado um edital liberando um orçamento de 390 mil dólares
169 para projetos com essa finalidade. Em maio de 2022, foi feita uma entrega de mais de
170 3.200 equipamentos para 4 estados (MG, TO, GO e SP). Já há previsão de doação de
171 2.200 equipamentos para Brasília, que, em função do período eleitoral, será postergada,
172 e de firmar parceria com o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de
173 Telecomunicações (ANATEL), para realizarem a homologação desses produtos
174 transformados para entrega à sociedade.

1. Cachaça → Álcool em gel

150 mil litros



Produto final



2. Tabaco



- Fábrica clandestina de cigarros;
- Ocupando espaço;
- Risco de incêndio.

- Total: 96 Toneladas;
- Sustentabilidade;
- Não poluente;
- Economia de recursos;
- Aprendizagem dos alunos;
- Resultado: 2000 m3 de adubo



Cuidar do meio ambiente também é nosso propósito

3. Cigarros

PRINCIPAIS ITENS	
Descrição	Valor(R\$)
01. ALIMENTOS	200.272,80
02. BEBIDAS	1.130.114.907,42
03. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	38.993.427,43
04. MATERIAIS DIVERSOS	4.26.30,80
05. MATERIAIS DE LIMPEZA	243.100,10
06. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	27.780.776,29
07. MATERIAIS DE TRANSPORTE	81.182.813,12
08. MATERIAIS DE AQUECIMENTO	13.300.443,00
09. MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO	9.103.002,80
10. MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO	3.100.000,00
11. MATERIAIS DE SEGURANÇA	1.130.114.907,42
12. MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	100.000,00
13. MATERIAIS DE INFORMÁTICA	95.000.000,00
14. MATERIAIS DE IMPRESSÃO, FOTÓCOPIA, XEROX, etc.	10.000.000,00
15. MATERIAIS DE LANCAMENTO	3.381.310,72
16. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	2.111.000,00
17. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	8.182.000,00
18. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.000.000,00
19. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE FERRAMENTAS	200.000,00
20. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
21. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
22. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
23. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
24. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
25. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
26. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
27. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
28. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
29. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00
30. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE OUTROS	10.000.000,00



3. Cigarros

Situação atual: Incineração ou destruição em aterros



3. Cigarros

UFLA – Máquina de destruição de cigarros



4. Vestuários e tênis contrafeitos

Processo de descaracterização: logomarca e etiqueta





5. TV BOX

- 17/05/22
- MG, TO, GO, SP
- 3,2 mil mini computadores
- Próxima Ação: 2,2 mil em Brasília



Rodrigo Roca (CNCP): parabenizou os palestrantes da Receita Federal pela exposição, salientando que é um trabalho muito impressionante e reconhecido inclusive por autoridade governamental estrangeira. Perguntou sobre a expansão do projeto.

Michel Teodoro (RF/MG): respondeu que as entregas efetivas já foram feitas para os estados de MG, SP, GO, TO e que outras universidades estaduais já foram capacitadas como RS, AM e SE.

Edson Vismona (FNCP): salientou o grande apreço pela iniciativa da Receita Federal e parceiros, informando que o FNCP e seus associados estão absolutamente afinados com esse propósito e à disposição para outras discussões a respeito. Parabenizou a Receita Federal pelo esforço de dar destinação social aos produtos contrafeitos apreendidos. Comentou que os atores que combatem a ilegalidade e a pirataria sabem das dificuldades das forças policiais, da Receita Federal com relação à destinação dos produtos apreendidos, que oneram e muito erário com os depósitos e a questão de aprovação do PL 333/1999, que procura auxiliar as forças policiais e a Receita Federal nesse processo de destinação de produtos. Inicialmente falando em destruição, mas agora, nesse novo patamar que está sendo desenvolvido com todo o mérito de dar uma destinação, dá total apoio e espera poder trabalhar junto nesses processos.

Rodrigo Roca (CNCP): sem comentários de outros presentes, passou para a análise do item 4 da pauta, devolvendo palavra ao Dr. Vismona e, também, ao Dr. Jair Schmitt (CECOP/SC) e Dr. Garé (BPG), relatores da Comissão de Acompanhamento do Plano

Nacional, a fim de apresentarem o projeto Cidade Livre de Pirataria, propondo um novo formato para sua retomada.

Edson Vismona (FNCP): fez uma apresentação rápida dos componentes dessa comissão, tendo a Silvana Maria na direção dos trabalhos com a relatoria do FNCP, CECOP/SC e BPG. O objetivo é identificar ações necessárias na execução, acompanhamento e desenvolvimento da aplicação do Plano Nacional de combate à pirataria, num esforço de buscar fortalecer essas ações institucionais. Foi ressaltado nas reuniões da comissão o desenvolvimento de uma visão sistêmica e sistemática de iniciativas, chamando novos players, novos protagonistas ao imenso trabalho que o CNCP desenvolve, que tem no seu plano o norte para seu fortalecimento. Então esse trabalho visa exatamente desenvolver os eixos de articulação institucional nessa visão sistêmica e sistemática. As atribuições já estão em franco andamento, no nível horizontal (os órgãos federais, as agências de regulação, as polícias, Receita Federal. Foi feita uma reunião prévia com o Ministério da Economia – SEPEC, para numa articulação conjunta, em sintonia com as estratégias nacionais de propriedade intelectual, ENPI, para otimização das iniciativas, fortalecendo o outro eixo, o vertical, unindo estados e municípios e o Distrito Federal, envolvendo outros entes federativos. Um ponto específico do Plano é iniciar discussões com os estados sobre a possibilidade de criação conselhos ou fóruns estaduais de combate à pirataria. Num primeiro momento, em razão do período eleitoral, a aproximação com os estados fica dificultada. Com o chamado projeto Cidade livre de Pirataria, lançado na década de 2010 até 2014, houve uma interação muito forte, especialmente com as capitais, e, na Copa do Mundo, houve um grande impulso para a realização desses convênios/termos de cooperação apresentados pelo CNCP, depois de ter passado pelo crivo da área jurídica do Ministério da Justiça. O CNCP trabalhando junto a várias capitais, desenvolvendo iniciativas. Algumas capitais avançaram mais no projeto, outras menos, mas houve, de certa forma, uma grande disseminação das ações e das da necessidade de combate ao mercado ilegal. Quem atua na legalidade é um exemplo extremamente meritório, a exemplo da cidade de São Paulo, onde foi estabelecido um comitê para tratar do tema com resultados muito impressionantes, foram mais de 3.500 toneladas de produtos apreendidos, no qual teve a participação direta da Receita Federal juntamente com a Polícia Civil do estado de São Paulo, cuja articulação foi feita pela Prefeitura de São Paulo. Outras iniciativas exitosas nesse sentido também foram realizadas em Porto Alegre, Manaus e Florianópolis. E o momento de dar uma nova dimensão a esse projeto e fazê-lo retornar como pauta do CNCP, em consonância com a ENPI do Ministério da Economia. O Núcleo de Acompanhamento do Plano Nacional reuniu-se, sob a coordenação da Secretária-Executiva, Silvana Maria, para estabelecer as ações e reavaliar a redação do Termo de Cooperação para providenciar a assinatura com a cidade de Florianópolis/SC, a qual já manifestou interesse pela retomada do Projeto Cidade Livre de Pirataria, interlocução que conta com a efetiva participação do Dr. Jair Schmitt, Presidente do CECOP/SC. A partir da adesão aos termos de cooperação, o próximo passo será a sugestão às capitais aderentes da necessidade do debate que envolve a criação de conselhos ou fóruns estaduais de combate à pirataria, nos moldes como foi feito com a criação do CECOP/SC, sob a gestão do Dr. Jair Schmitt. Nos conselhos estaduais, espera-se a participação de órgãos municipais, bem como o Ministério Público, associações representativas dos setores produtivos, indústria e comércio (as federações de comércio que são muito atuantes, a exemplo do trabalho desenvolvido pelo Dr. André

Roncatto que tenham uma comprovada atuação no combate à ilegalidade. A assinatura do termo de cooperação com o Prefeito tem impacto na mídia, desperta o interesse da população e, ao mesmo tempo, promove a articulação dos agentes públicos daquele estado e daquele município, o que movimenta a estrutura é do estado do município, sempre com o apoio das entidades representativas dos setores produtivos.

Jair Schmitt (CECOP/SC): salientou a importância da participação do setor produtivo nesse processo da criação e articulação para formalização dessa parceria com o CNCP. Ressaltou que quem sofre e sente o prejuízo da prática da comercialização de produtos piratas é o comércio, mas que começa na indústria, por essa razão tão importante ter aliados como as federações e confederações de comércio nos conselhos estaduais.

Luiz Garé (BPG): lembrou do projeto inicial em que haviam poucas associações envolvidas, mas que o lançamento do Projeto Cidade Livre de Pirataria era um acontecimento no município, pois a capacitação era uma das vertentes alcançadas pelas ações do projeto. Hoje, muito mais setores são impactados pela pirataria, pelo comércio de produtos ilegais, como se vê pelos membros representados no CNCP e também pelos colaboradores. A questão da capacitação também será meta, especialmente por **estar** expressa no Eixo 3 do Plano Nacional de Combate à Pirataria e que seja pauta do Núcleo de Acompanhamento do Plano Nacional, não só pós-assinatura, mas de uma ação integrante de uma política contínua, na qual se faça a elaboração de uma espécie de questionário para diagnosticar todas as associações presentes no CNCP já que possuem ações de treinamento e que possam estar à disposição das autoridades públicas, para que programas da capacitação sejam elaborados para públicos determinados.

Cristiane Soares (Fecomércio/RJ): frisou que membros do CNCP vêm sendo protagonistas de treinamentos importantíssimo, promovendo principalmente a integração a exemplo do trabalho que é feito pela polícia Rodoviária Federal pela Receita Federal. Dessa forma, ressalta que é importante que as federações de comércio tenham acesso às informações para contribuírem com os treinamentos a serem feitos.

Rodrigo Roca (CNCP): agradeceu a todos pelas falas e lembrou que essa vertente da capacitação já é assunto recorrente no CNCP e que se pode avançar mais na questão. Salientou que s despeito de alguns argumentos no sentido contrário que ouviu no sentido de haver superposição de atribuições e competências, particularmente não vê como qualquer empecilho, ao contrário, acredita que dessa forma otimizaria muito o projeto. Questionou aos membros se o nome a ser dados aos conselhos estaduais seria melhor “em defesa do mercado legal”.

Marco Palhano (PRF): parabenizou o colega Michel da Receita Federal pela excelente iniciativa. Em relação a essa iniciativa dos conselhos estaduais municipais, essa nomenclatura, defesa do mercado legal, vem, inclusive, sendo utilizada dentro da instituição da PRF em todos os treinamentos internos e externos. E tem uma justificativa técnica, porque quando se fala em combate à pirataria. Tecnicamente, pirataria está mais associada ao direito de autor nossa, que todos sabemos disso, quando se trata de contrafação. Não se trata diretamente pirataria, não só isso. No âmbito da PRF, quando é pregada a ideia de defesa do mercado legal, além dos produtos que de fato violam a propriedade intelectual, defende-se o mercado daquilo que é irregular, contra aquilo que, de alguma forma, não respeita as normas, sejam concorrenciais, de propriedade

intelectual ou de propriedade industrial. No caso da PRF, é empregado aos comportamentos delitivos que nas rodovias, estradas, enfim, onde quer que se atue, estejam transportando produtos que, de alguma forma, ofendam aquilo que está preconizado. Acontece, inclusive, de produtos que não violam propriedade industrial nem intelectual e que são fabricados no Brasil, ou seja, não são fruto nem contrabando e descaminho serem irregulares, por não obedecerem, por exemplo, às normas de segurança do INMETRO. Nesse escopo está a defesa do mercado legal. Tirar esse produto de circulação porque utiliza um material de péssima qualidade, como é o caso de cabos elétricos, bastante conhecido, em que mais de 60% da produção de cabos elétricos no Brasil não respeitam as normas de segurança. Então, a defesa do mercado legal também bate em quem produz produtos de baixa qualidade. Essa defesa do mercado legal.

Rodrigo Roca (CNCP): comentou acerca de pergunta feita no chat de Carlos Alberto Pereira Amarante, da Associação Brasileira dos Fabricantes de balanças, pesos e medidas, que, segundo ele, ao contrário do que acontecia com os cigarros, que eram destruídos e agora são destinados ao uso mais nobre, gostaria de pedir que, no caso de balanças importadas e regularmente, ao invés de serem destinadas a leilão, que por consequência, as tornam legalizadas, gerando uma concorrência desleal, que não retornassem ao mercado e sim fossem destruídas. A pergunta é no sentido de o que se poderia fazer para mudar o procedimento atual? Pergunto se o Dr. Michel poderia responder.

Michel Teodoro (Receita Federal): passou a palavra do Dr. Onassis, que é Coordenador Geral de Logística, maior autoridade de logística da Receita Federal,

Onassis (Receita Federal): agradeceu a oportunidade de participar da reunião e respondeu que essa questão acontece na mesma proporção, por exemplo, com bebidas, e com materiais elétricos e eletrônicos. A Receita atua junto com a Anatel e Anvisa, e como regra como diretriz, não é colocado o produto apreendido no mercado de volta para o mercado nacional, sem que atenda rigorosamente toda a legislação pertinente a matéria. Então qualquer material que é leiloado pela Receita Federal, obrigatoriamente, passa por uma avaliação dos órgãos competentes, para ver se atende às características legais para ser postos novamente no mercado. E esse, parece, ser também esse caso de balanças, até porque esse produto seja uma situação muito específica, porque não é comum, por exemplo, apreensão de grandes quantidades de balanças ou mesmo leilão. Se é um material ilegal ou que não atenda a legislação brasileira ou é destruído, ou é feito, eventualmente, leilão para exportação, ou, enfim, dada outra destinação que não o mercado legal nacional. É insignificante o número de mercadorias desse tipo que chega no mercado oficial. Só se faz leilão, por exemplo, para pessoa jurídica para fins de comércio de grandes lotes de determinados tipos de mercadorias que eventualmente entram ilegalmente no mercado nacional, mas que atendem às regras, e tem homologação no mercado nacional para atuar. Nesses casos muito específicos, sim, pode ser feito leilão. Em termos quantitativos, não em termos de valores, são leilões para pessoas físicas e aí também as atendidas mesmas características. Deve-se ressaltar sempre que não é leiloado nenhum tipo de produto falsificado. Esses produtos têm outros tipos de destinação, como cigarros e outros tantos que são destruídos, ou outras formas de destinação sustentável pela Receita Federal e por outros parceiros.

Rodrigo Roca (CNCV): em razão da extensão da pauta, ponderou que outros questionamentos a exemplo desse que envolve balanços podem ser encaminhados ao CNCV por ofício para análise e orientações. Passou a palavra ao Dr. Marcelo da ANATEL para falar em nome da Comissão Especial de Hardware.

Marcelo Alves (ANATEL): informou que a Comissão de Hardware realizou 5 reuniões durante o ano para tratar de 3 grandes temas de atuação: mercado cinza, contrabando em fronteiras (estratégia para atuação de fronteira/capacitação de órgãos) e abordagem aos *marketplaces*. A ação inicial foi reunir trabalhos de inteligência já realizados pelos diferentes integrantes da comissão, em particular pela ABTA e ABINEE, a quem agradeceu. Citou o exemplo de eventos de capacitação realizados no último dia 6 de setembro, com uma apresentação de processos de homologação e combate à pirataria de produtos para telecomunicações. Foi realizado no âmbito do primeiro ciclo da região técnica da polícia Rodoviária federal, e, ainda, ações de fiscalização de certificação de produtos de telecomunicações em Belém do Pará, para servidores da Receita Federal do Brasil, da Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Fazenda do Pará. Mencionou um tópico sensível que trata da questão de produtos apreendidos, sobretudo pela questão de armazenamento. Membros da comissão identificaram outras formas de destinação, a exemplo pela iniciativa da Receita Federal de MG, detalhado anteriormente. Nos casos de TV box que cujo o reaproveitamento faz bastante sentido, devem ser tomadas as devidas precauções, utilizando-se de melhores formas de destruir e de reciclar os materiais, pois podem ser reaproveitados. Cada regional da Receita Federal tem uma certa liberdade para decidir o que acontece com as mercadorias apreendidas e a intenção é compartilhar esse trabalho da comissão de hardware sobre quais são os melhores meios de destinação dos produtos. Quanto à abordagem aos *marketplaces*, mencionou a ação de fiscalização da Shopee, a qual obteve êxito, embora com dificuldade de atuação na modalidade do *cross docking* (os produtos chegam totalmente embalados sem identificação), e não haver um armazém no qual se concentram os produtos. Porém, essa ação de fiscalização gerou a apreensão de cerca de 2 mil produtos de para telecomunicações não homologados, no valor estimado de 53 mil reais (carregador de celular Power Bank, *smartwatch*, caixa de som *bluetooth*, fone de ouvido e também telefones celulares). O próximo passo nesse sentido é a necessidade de consolidar um estudo, avançar com a investigação e localização de centros de distribuição, sellers e locais de armazenagem de marketplaces internacionais. Ressaltou a aproximação com o Grupo Alibaba, através da disponibilização dos contatos pela Secretaria-Executiva do CNCV. Próximas ações serão trazidas ao CNCV na próxima reunião ordinária. Quanto aos anúncios impulsionados em plataformas, por se tratar de um tema de maior complexidade, foi realizada uma reunião extraordinária da comissão em 27 de julho, na qual tratou-se de algumas ferramentas de mercado que podem auxiliar identificação desses anúncios impulsionados de produtos irregulares e o segundo passo será dado no dia 25 de outubro, quando será tratado o desenvolvimento das ações específicas que podem ser adotadas. Nesse sentido, já há uma interação cooperativa do Grupo Meta (Facebook e Instagram).

(colar imagens da apresentação).

407 **Rodrigo Roca (CNCV):** agradeceu pela excelente apresentação da Anatel e passou a
408 palavra para a representante da ABIOTICA para o seu questionamento ao Dr. Marcelo
409 Alves.

410 **Ambra Nobre (ABIOTICA):** indagou à Anatel como são elencados os *marketplace* para
411 fiscalização, pois o setor óptico tem tido muitos problemas com alguns marketplaces
412 (pirataria e venda de ilegais).

413 **Marcelo Alves (ANATEL):** ressaltou que o foco da comissão é voltado para a área de
414 eletrônicos e de telecomunicações, mas que a ponderação é bem-vinda e cabível para
415 discussão no próximo ano.

416 **Rodrigo Roca (CNCV):** passou a palavra para a representante da Comissão Especial de
417 Saúde.

418 **Thais Balbao (ABIFINA):** iniciou sua fala agradecendo aos parceiros integrantes da
419 comissão, em especial a ABIPHEC e ABIMO, pela importância dos trabalhos
420 desenvolvidos de forma colaborativa e com resultados positivos. Destacou a aproximação
421 da ANVISA e, com relação a parte de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, a reunião
422 de articulação com o MAPA em setembro para a realização de um *webinar* e do
423 lançamento do Movimento Consumo Seguro, como ações da comissão. A comissão tem
424 trabalhado na elaboração de vídeos explicativos sobre o tema do combate à pirataria aos
425 produtos relacionados à saúde do consumidor, envolvendo também agrotóxicos e
426 medicamentos veterinários. Com relação às apreensões e fiscalizações de produtos
427 ilegais, voltados tanto para área de defensivos agrícolas para os agrotóxicos, quanto para
428 produtos veterinários foi lançado no dia 2 de junho o monitoramento de dados.

429 **Rodrigo Roca (CNCV):** agradeceu a fala da ABIFINA e passou a palavra para a
430 Ihatanderson Alves da ANVISA para pontuar uma questão anterior.

431 **Ihatanderson Alves (ANVISA):** sobre a pergunta feita pela sobre pirataria de óculos,
432 informou que a agência contratou uma empresa que identifica diversos tipos de anúncios
433 irregulares em diversas plataformas da internet, por meio de palavras-chave, que são
434 relacionados, e a ANVISA providencia a notificação do provedor da informação para
435 retirada do ar do anúncio. Eu tenho que dar um agente, providenciar a notificação do
436 provedor da informação para retirada do ar do anúncio. Essa é uma experiência proveitosa
437 para esclarecer os questionamentos. Hoje, já foram listadas 380 palavras-chave e já foram
438 identificados quase 50 mil anúncios irregulares, notificados por e-mail endereçado ao
439 provedor do site hospedeiro (essa efetividade chega a 70%).

440 **Rodrigo Roca (CNCV):** indagou se o acesso direto ao sistema pode ser feito por órgãos
441 públicos, para que possam diretamente interferir na veiculação desses anúncios, pois a
442 Senacon já está buscando fazer isso por meio de um instrumento jurídico.

443 **Ihatanderson Alves (ANVISA):** respondeu que a agência já tem essa experiência quando
444 dá acesso ao Mercado Livre, já que são apenas na ANVISA 2 servidores para fazerem a
445 varredura de quase 60 mil anúncios e essa parceria tornou muito mais efetiva a ação de
446 derrubada de anúncios, chegando a 300 notificações ao dia.

447 **Ambra Nobre (ABIOTICA):** pediu a palavra para compartilhar a experiência que tivera,
448 com um sistema muito similar ao da ANVISA, (extrajudicial), que inicialmente era feito

de forma manual, o qual não deu resultados. Hoje, são feitas mais de 2 mil notificações de produtos ilegais por mês, mas já foi notado um número reduzidíssimo de ofertas de produtos ópticos com as marcas dos associados.

Rodrigo Roca (CNCP): agradeceu os esclarecimentos e passou a palavra ao Dr. Paulo Aurélio da ANATEL.

Paulo Aurélio (ANATEL): informou que é adotada na ANATEL uma estratégia diferente junto aos marketplaces, na qual optaram por reunirem-se com os marketplaces para solicitar que desenvolvam ferramentas de bloqueio de anúncios de produtos não homologados. E esse esforço está sendo feito por eles, no sentido de bloquear os anúncios feitos por pessoas físicas e jurídicas que insistem em anunciar produtos piratas. Há possibilidade também de autuá-los apenas com o anúncio de um produto homologado, aplicando multa administrativa, além do poder de fiscalização.

Rodrigo Roca (CNCP): passou a palavra para a relatoria do Núcleo de Acompanhamento dos Guias de Boas Práticas.

Jonas Couto (ABTA): salientou que é relator do núcleo, juntamente com o BPG. Um dos guias diz respeito ao e-commerce e já está bem avançado. No âmbito da Anvisa já existem medidas preventivas, como mencionou o Dr. Paulo Aurélio, assim como já há em outras plataformas que se fizeram presentes no último seminário realizado. Existe um espaço de cooperação para as agências reguladoras explorarem, e da mesma forma para a colega da Abiótica e a indústria do setor. Muitas outras indústrias também se valem de fornecedores de tecnologia de grande capacidade para fazer monitoramento e essas denúncias automáticas. O que para muitos parece enxugar gelo, a cooperação de todos, inclusive dos titulares de marca é que se conseguem bons resultados. Primeiro, com a assinatura do guia que previu algumas medidas e, na sequência, a iniciativa de elaboração da Cartilha e de seminário para os meios de pagamento, da mesma forma como feito com o Guia de Boas Práticas no e-commerce. A cartilha tem como objetivo de facilitar o entendimento por parte dos atores interessados em participar desse acordo colaborativo (setores público e privado) de forma multifacetada e foi construída a muitas mãos. A divulgação aumenta a aderência e proporciona a operacionalização de forma mais fácil, reduzindo as negociações que dizem respeito a produtos e serviços ilegais que, infelizmente são o grande motivador. Será enviado convite às plataformas de meios de pagamento eletrônico, para que elas possam também, se for do interesse delas, participarem do seminário e apresentar suas políticas de forma a conscientizar esse mercado de meios de pagamento sobre esses prejuízos para todas as indústrias legais. O que se espera da atuação dos provedores é a política de combate que eles mesmo podem desenvolver e com total liberalidade a partir de um canal de denúncias. Valendo-se do CNCP na ponta, as plataformas conseguem restringir essas negociações, muitas vezes de ilícitos e prever em seus contratos, de modo a dissuadir usuários da plataforma a oferecerem produtos e serviços ilegais. Hoje, há muita dificuldade de encontrar os canais de denúncias no âmbito desses tipos de plataformas intermediárias (meios de pagamento), diferentemente de muitas plataformas de mídia programática, a exemplo do Google, Facebook e Instagram. E é muito importante alavancar as denúncias e, assim se conseguir um efeito maior. E, por último, a cartilha é o espelho do guia, e, no primeiro momento, as denúncias são feitas para a Ancine, que valida a violação do direito autoral e encaminha

ao CNCP. Convidou a todos a fazer esse esforço de divulgação a fazer esse esforço de convite para que, da mesma forma que houve evolução com os marketplaces, já que há outro grande marketplace querendo participar.

Rodrigo Roca (CNCP): agradeceu a fala do Dr. Jonas e solicitou que todas as vezes que houver necessidade de aprovação de documentos como a cartilha, que seja disponibilizada a cópia com antecedência. Consultou aos membros e, não havendo oposição, aprovou a realização do seminário em lançamento da cartilha destinada aos meios de pagamento.

Luiz Garé (BPG): enfatizou o convite às associações que representam titulares de marcas e empresas vitimadas com o comércio de produtos ilegais em marketplace. Assistimos aqui o esforço de determinadas plataformas que estão fazendo melhorias quanto à derrubada de produtos ilícitos. A Shopee foi oficiada sobre a necessidade de prestar esclarecimentos sobre condutas contrárias às previstas no termo de adesão, já que a referida plataforma é aderente ao Guia de Boas Práticas no e-commerce. Quanto à retirada de anúncios a pedido dos titulares de marca, informa que sendo solicitada por associações de uma derrubada de anúncio de um produto ilegal que não atende a norma de uma agência reguladora, seja Anvisa seja Anatel, determinados marketplaces opunham-se alegando que somente a agência reguladora tinha esse poder. A Anatel deu uma solução muito boa para isso, assim como a Anvisa também já se posicionou de que a solução encontrada por redes.

Rodrigo Roca (CNCP): foram aprovados, dessa forma, a cartilha e a realização do seminário no âmbito das ações propostas pelo Núcleo de Acompanhamento dos Guias. Passou a palavra ao representante do Núcleo de Contrabando.

Marcelo Alves (ANATEL): informou que não foi concluído a coleta de dados relativa ao 2º trimestre. Apresentou dados comparativos com o ano anterior, relativo ao primeiro trimestre de 2022: queda de 39% nas apreensões de produtos, campeão de apreensões são cigarros e similares (37 milhões de maços), seguido de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, no valor de 8.323 vasilhames aproximadamente 613 kg), vestuário (2.926.000 peças), eletrônicos (10 milhões de peças) amplificadores de áudio (alto-falantes e microfones 711.000). Foi levantado que houve aumento das apreensões de bebidas, no entanto, os arrematantes dos leilões dessas mercadorias não estariam cumprindo a legislação para venda no mercado interno. Foi solicitado que a destinação dada esse tipo de mercadoria fosse a destruição ou leilão para exportação. Observou-se a necessidade de recomposição orçamentária dos órgãos de combate ao contrabando, descaminho com adequada recomposição estrutural, através de concursos públicos, fato esse que tem afetado não só a Receita Federal, como a outros órgãos.

Leonardo Rabello (PF): confirmou que a grande redução orçamentária afetou demasiadamente o trabalho da Polícia Federal.

Aleksander Blair (RFB): informou que houve a deliberação com relação a leilões para exportação e a necessidade de utilizar esse procedimento como principal forma de destinação de mercadorias apreendidas e ressaltou que não participou dessas discussões. Ressaltou que em decorrência da Copa do Mundo há uma tendência de aumento de apreensões de materiais esportivos, como ocorreu no Porto de Santos, no mês de maio.

Comentou sobre a importância do viés educacional no combate ao contrabando, descaminho, sensibilizando instituições de ensino superior, futuros operadores de direito sobre o tema da propriedade intelectual, assunto comentado pelo Dr. Rodrigo na última reunião do Conselho. Informou sobre a necessidade do acompanhamento das informações agregadas de comércio exterior para um melhor acompanhamento da sociedade civil, das questões ligadas à propriedade intelectual e se comprometeu a trazer numa próxima reunião um colega para tratar do tema. Comentou sobre a necessidade de maior envolvimento da Polícia Federal e da PRF no Núcleo de Contrabando, assim como já fazem em ações rotineiras de trabalho, do qual já participam ativamente a Receita Federal, BPG, INPI, Magazine Luiza e outros membros e colaboradores.

Leonardo Rabello (PF): ponderou que em relação à questão que foi posta sobre a participação da Polícia Federal no Núcleo de Contrabando, já que foi convidado a participar de apenas uma reunião e que ne eu fui convidado para participar apenas de uma reunião e que nela estava presente e pode ter havido alguma falha de comunicação. Ressaltou que em janeiro de 2022 assumiu a Divisão de Repressão aos Crimes Fazendários em Brasília tendo participado da primeira reunião do Conselho, na qual se colocou à disposição para participar de qualquer reunião ou grupo que trate de contrabando, porque é interesse absoluto da Polícia Federal. Ressaltou a participação da PF na Operação Controle Brasil, operação absolutamente exitosa à medida que reuniu ali cada uma das instituições com as suas expertises, de modo integrado, o que cooperou para o seu sucesso. O objeto dessa operação combater os crimes de contrabando de cigarros, eletrônicos, bebidas, insumos agrícolas. Foi realizada pela Polícia Federal com apoio de outros órgãos, tendo efetuado 343 prisões, no período de junho a setembro, com mandados de busca e apreensão cumpridos, em consequência de investigações complexas, visando desarticular organizações criminosas, com 246 mandados cumpridos num circo de 3 meses, bloqueio de contas judiciais, sequestro de bens (meio milhão de reais). Observou a qualidade com que o trabalho foi desempenhado, não só pela PF como pelos demais órgãos envolvidos e a participação do Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado do Espírito Santo. Para a realização de um trabalho como esse é necessário estar imbuído de um espírito de corpo, com integração não só dos órgãos públicos, mas também da parceria com o setor privado. Comentou sobre uma informação importante recebida da SEOPI de que um parecer que aguarda manifestação da Conjur que ajudará na aquisição de bens materiais fruto de doação, o que vai fortalecer e estruturar a PF nos grupos de repressão. Aproveitou para anunciar a realização de uma operação da PF e da Receita Federal iniciada hoje de combate ao descaminho de produtos eletrônicos, deflagrada em 2 estados, Mato Grosso do Sul e Paraná (interior de MS e sul do PR), com 17 mandados de busca e apreensão cumpridos. Ressaltou que um dos objetivos fundamentais das investigações é o capital das organizações, descapitalizar os principais grupos criminosos que vêm atuando nessa área. E mais uma vez foi realizado o bloqueio de 4 milhões em contas, sequestro de bens e apreensão de veículos, cujos valores ainda serão contabilizados. Disse ter absoluta convicção de que estão fazendo um trabalho diferenciado nessa área, com números bastante impactantes. Comentou, ainda, que está sendo um trabalho com atenção especial nos cigarros eletrônicos, tema polêmico ainda na sociedade, mas que representa um grande prejuízo à saúde pública. Foram deflagradas 2 operações há pouco tempo atrás. Salientou que já recebeu o relatório da SEOPI, no âmbito do grupo que estuda ações para o combate ao cigarro eletrônico, sob a

582 coordenação do CNCP, e que vai dar sequência nas ações de polícia judiciária, contando
583 com o apoio da Receita Federal e da PRF. Agradeceu pela oportunidade de prestar os
584 esclarecimentos.

585 **Rodrigo Roca (CNCP):** agradeceu pelas informações prestadas pelo Dr. Leonardo e
586 parabenizou o brilhante e expressivo trabalho da Polícia Federal e que ficou satisfeito de
587 ver o Conselho trabalhando como um corpo.

588 **Aleksander Blair (RF):** esclareceu que não se tratou de uma crítica feita à Polícia Federal
589 ou à PRF para participarem mais ativamente das reuniões do Núcleo de Contrabando, ao
590 contrário, foi no sentido de ressaltar o reconhecido trabalho que já está sendo realizado
591 em conjunto com as referidas polícias e para que possam se juntar ao grupo para outras
592 novas ações conjuntas, que conta com um número maior de integrantes.

593 **Edson Vismona (FNCP):** salientou ser fundamental a necessidade de se ter uma
594 compreensão do andamento do trabalho do SISCORE quanto às apreensões feitas e
595 consolidadas pela Receita Federal de eletrônicos e de destacar celulares dos demais
596 dispositivos que são utilizados nos celulares.

597 **Aleksander Blair (RF):** informou que estão sendo desenvolvidos novos e que a minuta
598 do próximo relatório ainda não foi votada no Núcleo, portanto ainda não será
599 disponibilizada. Na próxima reunião ficou de trazer mais informações sobre o SISCORE.

600 **Rodrigo Roca (CNCP):** recomendou a importância de os conselheiros aderirem ao grupo
601 do *Teams* para troca de informações de forma mais pontual.

602 **Silvana Maria (CNCP):** lembrou que, como a adesão foi muito baixa no grupo do
603 *Teams* sugeriu manter o grupo de WhatsApp e mudar o nome para CNCP Membros na
604 íntegra (governo e setor privado).

605 **Rodrigo Roca (CNCP):** concordou em manter o grupo do WhatsApp para facilitar a
606 troca de informações entre todos os membros. Deu seguimento à pauta e passou a palavra
607 ao Sr. Elton Ferreira para falar sobre o Diretório de Marcas.

608 **Elton Ferreira (INPI):** informou que será agendada uma reunião pela presidência para
609 tratar dos pontos tratados no Núcleo do Diretório de forma mais pontual. Disponibilizou
610 o link do Diretório e navegou nele para mostrar as funcionalidades, estatísticas. Salientou
611 que caso seja necessário a uma organização a apresentação do sistema e de seu
612 funcionamento, basta solicitar ao CNCP para instar o INPI. Ressaltou que no tange à
613 adesão dos titulares das marcas está alta e que alguns gargalos foram colocados na reunião
614 e que para os quais aguarda-se resolução maior do INPI. Sugeriu ao Núcleo o envio de
615 ofícios às Secretarias de Segurança Pública estaduais e do Distrito Federal e também às
616 Academias de Polícia Civil e aos Institutos de Criminalística para oferecer cursos de
617 treinamento, aos que assim desejarem, sobre o sistema do Diretório Nacional de Marcas,
618 o que poderia ser feito, inclusive, por meio virtual, com a duração de uma hora. Lembrou
619 que esse sistema é o único da América Latina. Colocou-se à disposição para fazer a
620 divulgação do sistema nas cidades que firmarem o acordo do Cidade Livre de Pirataria.

621 **Rodrigo Roca (CNCP):** agradeceu as palavras do Sr. Elton e perguntou se alguém teria
622 alguma pergunta a fazer.

623 **Alexandre Angotti, (Receita Federal):** apenas agradeceu a oportunidade do convite para
624 apresentarem o programa da Receita Federal sobre Aproveitamento de Peças de TV Box
625 e de outros produtos apreendidos.

626 **Rodrigo Roca (CNCP):** agradeceu a presença dos convidados da Receita Federal e
627 passou a palavra para item 6 da pauta para apresentação dos Doutores José Maurício
628 César Fittipaldi e Anna Paula Montini, novos integrantes da OAB de São Paulo no Painel
629 de colaboradores.

630 **José Fittipaldi (OAB/SP):** manifestou, em nome da OAB, a honra e o e a alegria de fazer
631 parte de um Conselho tão importante, cumprimentou os colegas presentes, alguns dos
632 quais conhecidos e outros que teve a honra de conhecer hoje. Disse que a OAB de São
633 Paulo está à disposição desse conselho e que pretende colaborar, na medida do possível
634 com as ações do Conselho. Informou que a colega Anna Paula Montini não pode
635 participar da reunião. Ela é Vice-Presidente da comissão que ele preside.

636 **Rodrigo Roca (CNCP):** agradeceu pelas palavras e disse que o CNCP também à
637 disposição da OAB/SP para troca de experiências. Deu seguimento à pauta para a parte
638 das deliberações. Propôs um intervalo, mas os Membros decidiram dar continuidade à
639 pauta sem pausas. Passou a palavra ao Dr. Rodolfo Tamanaha sobre o ingresso no Painel
640 de Colaboradores do Laboratório de estudos, direito e transformação digital da Faculdade
641 Mackenzie. Disse que não poderia deixar de comentar sobre a alegria de reencontrar
642 alguns colegas, pois teve a oportunidade de estar no Conselho por dois anos como
643 Secretário-Executivo e que conhece bastante as pautas, dos temas e da importância desse
644 Conselho. Hoje encontra-se no ambiente acadêmico no Mackenzie Brasília, uma unidade
645 do sistema Mackenzie. Esse laboratório de estudos tem exatamente o intuito de discutir
646 os impactos da transformação digital no Direito e o tema da proteção da propriedade
647 intelectual, sempre muito discutido. Então, foi natural que a gente também, até por estar
648 em Brasília e ter como objetivo participar da formulação de políticas públicas e poder
649 colaborar na vertente educacional, principalmente. O interesse para participar do
650 Conselho no Painel de Colabores é no sentido de contribuir nessa vertente.

651 **Rodrigo Roca (CNCP):** agradeceu pelas palavras e submeteu ao Conselho para
652 aprovação o ingresso do laboratório de estudos do sistema Mackenzie, que por
653 unanimidade aprovou.

654 **Rodrigo Roca (CNCP):** pediu escusa por não ter listado os nomes dos pesquisadores do
655 laboratório da Mackenzie ao que citou: Ana Clarissa Masuko, Danilo pinto (CNBB),
656 Evandro Soares, (Professor da Mackenzie Brasília), Ana Victória Rocha (OAB/DF),
657 Mariana Mandarino (OAB/DF), Renan Oliveira (aluno da Mackenzie Brasília), Renata
658 Garcia (ABA), Estela Rocha Sales (Mackenzie). Passou para o item da Premiação
659 Destaques do Ano para deliberação do texto da resolução. Passou a palavra à Secretária-
660 Executiva para breve relato sobre o tema.

661 **Silvana Maria (CNCP):** informou que circulou entre os Membros do Conselho a minuta
662 de Resolução do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria e que não obteve nenhuma
663 observação ao texto. Fez referência ao artigo quinto, que estabelece o julgamento do
664 Prêmio por uma comissão avaliadora presidida pelo Presidente do CNCP e é formada por

665 mais 5 membros. Sendo aprovada a resolução, será necessária a escolha dos membros
666 voluntários.

667 **Rodrigo Roca (CNCP):** em não havendo objeção ao texto da resolução, o mesmo foi
668 aprovado e, em seguida, listou os nomes dos voluntários a compor a Comissão Avaliadora
669 do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria: Edson Vismona (FNCP) e Wellington
670 Oliveira (BPG), deixando abertas as 3 vagas restantes para manifestação por e-mail.

671 **Silvana Maria (CNCP):** pediu a palavra para justificar a ausência dos representantes da
672 ANCINE na reunião (Eduardo Carneiro e Marcelo Bittencourt), em razão de um
673 treinamento no Pará, mas há um membro da equipe participando de forma remota da

674 **Rodrigo Roca (CNCP):** passou para o item 9 da pauta que trata do Chamamento Público
675 e devolveu a palavra a Silvana Maria para tratar da sugestão de recondução dos membros
676 do Colegiado.

677 **Silvana Maria (CNCP):** salientou que o Regimento Interno do CNCP prevê em seu
678 capítulo 3 (novidade trazida pelo Decreto 9.875/2019) como se dá a recomposição do
679 Conselho, ou seja, pela realização de Chamamento Público para preenchimento das 5
680 vagas da sociedade, no qual 10 nomes são selecionados entre os inscritos, conforme
681 critérios determinados, e encaminhado para o Ministro, que escolhe 5 entre eles. Com a
682 saída da UBV&G (associação em situação de inatividade), ficaram somente 4 membros
683 privados no CNCP, os quais têm direito à recondução e a sugestão dada para esse tópico
684 foi questionar diretamente às associações (ABIFINA, BPG, FNCP e ABTA) sobre o
685 interesse em serem reconduzidas. Como o Regimento Interno do CNCP não previu casos
686 de vacância do mandato por iniciativa da associação, a sugestão seria fazer novo
687 Chamamento Público para ocupação de apenas 1 (vaga) ou de conceder os outros dois
688 anos do mandato da UBV&G ao candidato imediatamente mais bem pontuado, a qual foi
689 sugestão da própria UBV&G em manifestação formal ao CNCP, no caso à *Motion Picture*
690 *Association – MPA*, cujo mandato seria de apenas 2 (dois) anos a contar de 3 de dezembro
691 de 2022, até 3 de dezembro de 2024, quando poderá participar do Chamamento Público
692 para concorrer a uma das 5 (cinco) vagas como explicitado anteriormente.

693 **Rodrigo Roca (CNCP):** perguntou individualmente aos Membros do Conselho e todas
694 as citadas associações manifestaram-se pela recondução. Dessa forma, o mandato se
695 iniciará no dia 3 de dezembro de 2022, com término em 3 de dezembro de 2024, quando
696 deverá ocorrer novo Chamamento Público para todas as 5 (cinco) vagas da sociedade
697 civil. Perguntadas, ainda, sobre a questão do preenchimento da vaga no Conselho que era
698 da UBV&G, os Membros concordaram que a vaga deverá ser da *Motion Picture*
699 *Association – MPA*, com início no dia 3 de dezembro de 2022 e término em 3 de dezembro
700 de 2024, quando poderá participar de novo Chamamento Público, no qual os mandatos
701 voltarão a ser coincidentes, 2 anos para todos a contar de 3 de dezembro de 2024. Passou
702 a palavra ao Dr. Felipe Senna, representante da *Motion Picture Association. – MPA*.

703 **Felipe Senna (MPA):** agradeceu ao Presidente, à Secretária-Executiva e a todos os
704 Membros do Conselho pela deferência e fez questão de falar em nome da MPA que se
705 sentiu honrado pela decisão de acolhimento pelo Plenário da sugestão dada pela Dr^a Tania
706 da UBV&G, todos antigos parceiros no CNCP, para que a MPA (que juntamente com
707 outros parceiros, representa setor audiovisual), possa retornar ao CNCP.

Rodrigo Roca (CNCP): vencidos os demais itens da pauta, passou para os informes gerais, item 10 sobre o Workshop de Combate aos Crimes de Pirataria Digital, realizado em Assunción, Paraguai, realizado pelo DOJ e USPTO, o qual solicitou a indicação de membros do CNCP para participação. Passou a palavra para a Dr^a Maria Beatriz Dellore.

Maria Beatriz Dellore (DOJ/USA): cumprimentou a todos e fez um breve relato sobre o evento do Paraguai, assinalando que o workshop foi uma do Departamento de Justiça do Governo norte-americano com o apoio demais agências do Governo, realizado entre os dias 8 a 10 de agosto, na cidade de Assunção. Tiveram a participação de aproximadamente 40 pessoas, sendo a maior parte deles autoridades governamentais do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e dentre essas autoridades representantes dos escritórios, MP, autoridades alfandegárias, que participaram de 3 dias de debates e intercâmbio com participação de autoridades dos Estados Unidos, autoridades locais e Interpol. O foco foi nos estudos de casos técnicas investigativas e temas como a conexão dos crimes de pirataria digital e de lavagem de dinheiro. Contou, também, com membros da iniciativa privada, com um olhar mais do dia a dia dos impactos diretos para seus negócios. Salientou que esse tipo de interação é essencial para se combater esse tipo de mal, que assola as sociedades. Destacou a participação das sociedades privadas a Microsoft e o Mercado Livre. Salientou que estão totalmente à disposição de todos para continuar trabalhando de forma integrada, trocando melhores práticas, fazendo capacitações e para tratar de pontos mais sensíveis para a construção de agendas mais significativas.

Rodrigo Roca (CNCP): agradeceu as palavras da Dr^a Maria Beatriz Dellore e convites feitos ao CNCP. Passou a palavra para os membros que participaram do evento para darem suas considerações a todos.

Jair Schimtt (CECOP/SC): registrou o agradecimento em nome do CECOP/SC ao CNCP pela indicação a uma vaga para participar do workshop do DOJ e à Dr^a Maria Beatriz Dellore, um evento tão importante pelo aprendizado e troca de experiência realizados.

Elton Ferreira (INPI): agradeceu a oportunidade. Ressaltou as exposições realizadas no workshop, destacando a do sistema norte-americano, o diálogo junto ao escritório de Propriedade Intelectual do Paraguai, que também precisa ser reforçado. Disse que esse evento ajudou a reforçar todo o entorno no Mercosul e, sobretudo, com o Membro do Ministério Público Federal e Ministérios Públicos estaduais brasileiros, que desenvolvem operações muito conhecidas. Nesse sentido, ressaltou a importância de promover o treinamento do diretório para os Ministérios Públicos e Secretarias de Segurança Pública (Institutos de Criminalística).

Silvana Maria (CNCP): pediu a palavra para registrar a presença remota do representante da SEOPI, Coronel Sanson, já que a SEOPI se faz presente fisicamente nas reuniões do CNCP.

Rodrigo Roca (CNCP): passou para o último item da pauta, o de número 11, passando a palavra para a Secretária-Executiva, Silvana Maria.

Silvana Maria (CNCP): noticiou que o CONSINESP, conselho gestor do Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, submeteu uma consulta do CNCP em sua reunião ordinária sobre a possibilidade de inclusão dos crimes contra a propriedade intelectual no rol de dados que são levantados e computados na estatística anual. A decisão do CONSINESP foi a de criar um Grupo Técnico/Câmara Técnica responsável pela emissão do parecer sobre a possibilidade de padronização, coleta de dados e definições necessárias para a inclusão dos crimes contra a propriedade intelectual no rol do SINESP. Essa decisão é de agosto. O CONSINESP reúne-se bimestralmente e essa câmara técnica deverá iniciar os trabalhos após a nomeação de novos conselheiros. Para fazer essa inclusão de crimes contra a propriedade intelectual no rol de crimes que entram para a estatística anual do SINESP será necessária a alteração da Resolução nº 6. O CONSINESP cientificará o CNCP sobre a decisão do tema.

Rodrigo Roca (CNCP): agradeceu pela presença e presença virtual de todos os Conselheiros, Colaboradores e demais interessados, mesmo após mais de 3 horas de reunião, convidando-os a participarem da próxima reunião do Conselho, no dia 3 de novembro de 2022 e encerrou a reunião.